

**REFORMA AGRÁRIA NO CARIRI: ESTUDO COMPARATIVO DA REALIDADE
SÓCIO – POLÍTICA E ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS: 10 DE ABRIL, NO
MUNICÍPIO DE CRATO – CE E DO SERRA VERDE, NO MUNICÍPIO DE
CARIRIAÇU - CE.**

Ana Roberta Duarte Piancó – Universidade Regional do Cariri – URCA
robertapianco@yahoo.com.br

Geraldo Maxminiano Justino Barbosa – Universidade Regional do Cariri – URCA
max-crato@yahoo.com.br

Judson Jorge da Silva – Universidade regional do Cariri - URCA
judsonjorge@yahoo.com.br

No final do século XX, o debate a cerca da questão agrária contém antigos e novos elementos que tem como referenciais: as formas de resistência dos trabalhadores rurais na luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais, ao mesmo tempo em que há uma constante intensificação da concentração fundiária. Nesse sentido, concordamos com Fernandes (2001:23) quando ele afirma que:

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, a propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: Camponeses e assalariados: à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência da terra; à violência extrema contra trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.

Acreditamos que no espaço agrário, quando o Estado atua na reprodução camponesa, patrocina a organização espacial em função da acumulação de capital dos grandes proprietários fundiários, do capital agroindustrial, comercial e financeiro, na renda gerada pelo pequeno produtor familiar.

Por ter suas ações vinculadas, sobretudo às necessidades de acumulação do capital e a conseqüente reprodução social, o Estado age espacialmente de modo desigual. Por isso, ao introduzir formas modernas de relações sociais, quando atua na organização social e econômica da grande exploração, cria novas formas de conflitos e de luta dos trabalhadores excluídos, para que consigam manter sua reprodução.

De acordo com Fernandes (2001:31):

Para os trabalhadores expropriados, que são a maior parte, e vivem na miséria e lutando contra a fome, só lhes resta lutar para mudar esse “destino”. É por essa razão que os camponeses se organizam. É nesse contexto que camponeses expropriados e em processo de exclusão se organizaram e criaram o MST. A luta pela terra é outra forma de recriação do campesinato.

Podemos constatar que em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores, tendo em vista a manutenção do exército de

reserva, que é um meio de controle do desemprego. Outro problema é o interesse do capital em se apropriar da renda da terra, o que ocasiona a constituição de todas condições de luta contra o capital.

Nesse contexto, a mundialização da economia capitalista fez nascer novos sujeitos sociais e novas articulações. Essas lutas aparecem revitalizadas, redefinindo novas questões discursivas, inovando antigos desejos e estabelecendo um amplo debate na sociedade.

(...) a racionalidade econômica e política dominante correspondem, no Brasil, a um verdadeiro pacto de classes que exclui da cena política os trabalhadores rurais, como meio de protelar uma transformação no direito de propriedade, que alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração e a acumulação do capital assumem em nosso país. (Martins, 1984:17)

Assim, conforme Fernandes (2001), por meio da ocupação da terra, os trabalhadores sem terra do campo e da cidade se ressocializam, resistindo e se subordinando ao capital, porque ao conquistarem a terra, se (re) inserem no processo de diferenciação e podem novamente ser expropriados e outra vez se ressocializarem. Desenvolvendo-se, assim, uma contínua e tenra luta pela terra.

Dessa forma, podemos afirmar que, a luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária. Destas nascem diversas outras lutas, e o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – é hoje, sem dúvida, uma importante organização dos trabalhadores rurais a praticá-la. Pois, somente a partir da organização e luta dos trabalhadores tem sido mantido na pauta política o debate da necessidade de realização da reforma agrária, bem como, de diferentes políticas públicas para o campo.

Acreditamos que a reforma agrária se constitui num instrumento fundamental para o desencadeamento de um verdadeiro processo de desenvolvimento nacional, com vistas, à construção de uma sociedade mais justa e democrática. O presente trabalho tem como objetivo principal, fazer uma análise comparativa da realidade sócio – política e econômica dos assentamentos: 10 de abril (MST/Estadual) no município de Crato – Ce e do Serra Verde (INCRA/Federal), no município de Caririaçu – CE. Optamos pela escolha de tipos distintos para que pudéssemos traçar os perfis de ambos, compararmos e compreendermos a realidade de cada um deles, verificando se estas diferentes instâncias (Federal/Estadual) são fatores que determinam ou contribuem de algum modo para diferenciar as condições de vida nesses assentamentos. Para isso, buscamos compreender os perfis Geo-Ambientais dos dois assentamentos estudados, analisarmos a situação sócio – econômica das comunidades, investigamos o espaço político dos assentados, verificamos a existência de programas de incentivo à produção, comercialização e assistência técnica nos assentamentos que proporcionem meios para que estes se desenvolvam, além de detectamos os principais problemas vivenciados pelos moradores na busca de formular propostas alternativas possíveis de corrigir distorções e problemas identificados no caso estudado.

Nossa abordagem comparativa procura desenvolver uma compreensão das mudanças de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental que aconteceram e estão acontecendo no Assentamento 10 de Abril, bem como no Assentamento Serra verde.

O referido estudo encontra-se em fase de execução, sendo realizado através de pesquisa documental, bibliográfica visando à definição do quadro conceitual da pesquisa em: livros, revistas científicas, artigos, monografias, dissertações, etc. sobre: organização espacial, estrutura agrária brasileira, agricultura camponesa, reforma agrária, movimentos sociais no campo, etc. Após a consulta e revisão literária sobre o tema em apreço, iniciamos à pesquisa direta constando de aplicação de questionários que até o presente momento envolve 91,6% dos assentados do 10 de Abril e 72,5% do Serra Verde.

ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL

O Assentamento 10 de Abril está localizado no município de Crato – CE , distrito de Monte Alverne, Micro Região do Cariri Cearense , distando 497 Km de Fortaleza e 31 KM de Crato. O Acesso à área a partir da cidade de Crato é feito pela CE 055, no sentido do distrito de Dom Quintino, sendo 12 Km pela referida rodovia, e logo após entra –se à esquerda para a comunidade da Brea, seguindo por estrada carroçável 8 Km até o imóvel.

Conforme já mencionamos, a enorme concentração e a crescente acumulação de capitais, ligadas a outros fatores, são causas que colocam a Reforma Agrária como necessidade e bandeira de luta dos trabalhadores rurais. Foi com esse objetivo que 96 famílias da Região do Cariri cearense resolveram lutar para que a reforma Agrária fosse realizada de um jeito ou de outro, isto é, se não fosse possível executar no termos da Constituição, que então ocorresse de forma prevista pela necessidade e urgência da massa de trabalhadores.

...O sentido político da luta dos sem - terra vem da comum situação de excluídos do processo produtivo devido à estrutura agrária vigente e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômico – social como pequenos proprietários. (...) Possuem uma eficiente capacidade de ação; discutível é , porém , sua eficácia política na luta pela terra, apresentando dificuldades na criação de alianças orgânicas com outras forças. GRZYBOWSKI apud GÖRGEN & STÉDILLE (1991:20)

O assentamento é fruto dos processos de conquista da terra através da luta de trabalhadores rurais dentro do campo de organização do MST. Todas as famílias residentes no local possuem pelo menos um membro que participou de todo o processo de conquista da terra, desde a articulação até ocupação da Fazenda Caldeirão em abril de 1991 , que resultou na desapropriação não da terra ocupada , mas de duas fazendas vizinhas denominadas de Carnaúba Gerais e Gerais que deram origem ao Assentamento 10 de Abril.

Deste processo resultou a formação de uma comunidade formada por 36 famílias , pois , no período de negociação entre os líderes e o governo do Estado do Ceará para desapropriação da área ocupada ,os outros ocupantes da Fazenda caldeirão acabaram desistindo por não estarem preparados para as pressões impostas pelo proprietário / polícia, para deixarem a fazenda Caldeirão , bem como, para realidade dura na vida em acampamento até a conquista do assentamento definitivo.

O acampamento é o espaço de luta e resistência no processo de espacialização e territorialização da luta pela terra. Entre o tempo de acampamento e a conquista do assentamento (que configura a

territorialização), desenvolve-se a espacialização. (...) Dessa forma, os sem – terra ocupam a terra e prédios públicos e os transformam em espaços políticos para denunciar os significados da exploração e da expropriação, lutando para mudar suas realidades. (FERNANDES, 2001:80; 81).

Desse processo resultou a formação de uma comunidade consciente da importância do trabalho coletivo e da necessidade constante da organização de todos assentados para que outras conquistas advindas da luta conjunta pudessem trazer melhorias para o assentamento, bem como, para qualidade de vida de todos.

Vale ressaltar que a consciência da necessidade do trabalho coletivo contribui para que os mesmos possam transpor as dificuldades, principalmente no tocante a qualidade da terra conquistada que conforme Pinheiro (1996), as terras do assentamento 10 de abril pertencem aos solos Litólicos e Podzólicos que por sua natureza de formação são considerados pobres, sem condições de oferecer o sustento necessário para as culturas que neles cultivam. Além das limitações existentes de produção para agricultura, ainda é impraticável o uso de máquinas agrícolas, devido a pedregosidade e as características que constituem como pobre.

O assentamento 10 de Abril é formado por quatro distintas classes de solos, com diferentes fertilidades, as quais diferenciam quanto a capacidade de produção, por isso , concluímos que embora a força de trabalho seja suficiente para absorver às atividades exploradas, as terras do assentamento 10 de Abril não oferecem condições favoráveis que assegurem produtividade compensatórias (PINHEIRO, 1996:11)

Nesse sentido, os assentados receberam orientação técnica do Movimento Sem Terra - MST, Associação Cristã de Base – ACB, bem como do governo (Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE), para necessidade do trabalho coletivo, visando dirimir as limitações existentes, bem como, permitir o alcance de maior produtividade, como também, a obtenção de crédito seria facilitada, possibilitando assim, o assentamento produzir a custos baixos.

Toda mão – de – obra utilizada na área é do próprio assentamento. Para realizar as tarefas os assentados são divididos em grupos: de mulheres – que tratam da horta comunitária, farmácia viva, plantio de coco, banana, amendoim, macaxeira, etc., bem como, criação de caprinos; de jovens – pecuária e apicultura; homens – pecuária e agricultura (capim, Feijão, amendoim, macaxeira, batata, cenoura etc.) todos com suas atividades estabelecidas conforme as condições de trabalho e aptidão. Todas as atividades são realizadas de forma coletiva, com exceção dos roçados e pequena criação para subsistência das famílias.

Acreditamos que o bom êxito de uma organização depende da participação e ação coletiva de seus participantes: analisando situações , decidindo sobre o encaminhamento e atuando sobre estas em conjunto. “O trabalho coletivo é uma forma de juntar a grande ”riqueza” , que é a força de trabalho. Quanto mais força de trabalho ajuntar , mais “riqueza” será acumulada. Por isso, existe aquele dizer popular para representar este pensamento: “unidos somos fortes!” (GÖRGER & STÉDILLE, 1991:158).

Constatamos que os assentados conseguiram em quatorze anos uma estrutura considerável através da implantação de projetos importantes para o desenvolvimento do Assentamento 10 de Abril, aonde

atualmente são providos pela água de três açudes e de um poço profundo, possibilitando que os mesmos, possam diversificar a produção e aproveitar melhor a potencialidade da propriedade, tendo em vista, as limitações que destacamos anteriormente, nas quais as famílias não teriam condições de sobreviver apenas do cultivo agrícola. Assim, os assentados do 10 de Abril, organizados em grupos, desenvolvem as atividades de caprinocultura, pecuária, cultivo em área irrigada e apicultura, onde o resultado da produção de mel já está sendo comercializada nos municípios vizinhos, complementando a renda das famílias.

Na atualidade estão pretendendo implementar um projeto de piscicultura no assentamento contando com a orientação de uma ONG - Associação cristã de Base e da Universidade Regional do Cariri - URCA. Apesar dessa diversificação de práticas, os assentados ainda estão muito longe de cumprirem a meta de alcançar uma renda mensal de 3 salários mínimos por família, como ficou determinado nas discussões de elaboração do Plano de Ação do assentamento. Acreditamos que, a conquista dos projetos já mencionados, são um passo importante na direção desse objetivo, que necessita de um apoio maior do governo para o crescimento da produção e a facilitação da comercialização, possibilitando um crescimento econômico no assentamento.

Com relação ao tipo de moradias percebemos que o estado de conservação é atualmente bom, são todos casos de alvenaria, construídas através do 'Projeto Moradia'. Vale destacar que o referido projeto estava previsto para ser liberado no início do assentamento (1991), mas somente foi conquistado após cinco anos de assentados, resultante da organização dos mesmos, em prol da sua concretização. Os assentados se organizaram de forma mais ordenada, aonde, as casas são bem próximas, o que, no nosso entendimento, permite a criação de laços de maior integração social e comunitária, possibilitando o desenvolvimento de algumas atividades comunitárias e culturais.

Os assentados do 10 de Abril, desde o início estiveram preocupados com o nível educacional, nesse sentido, implementaram uma escola no assentamento que atende educação infantil, ensino fundamental e alfabetização de jovens e adultos, Horário diurno e noturno, as aulas ocorrem em salas improvisadas, sem condições físicas para atender os alunos adequadamente, aonde dois professores da escola são do próprio assentamento.

Quando a organização dos sem – terra, cria em sua estrutura um setor de educação deixa para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador sem – terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola.
PIANCÓ apud GÖRGEN & STÉDILLE (1991:86)

Acreditamos que para obter um melhor nível de desenvolvimento agrícola é necessário um bom nível de instrução do produtor, pois se este não o possuir, tornar-se difícil o desenvolvimento de práticas agrícolas mais exequível para área a ser cultivada, bem como, a implementação de novos projetos, etc. No entanto, vencidos estes objetivos, a economia ganha novos níveis em conseqüências podem obter aumento da produtividade.

Visando manter a organização do Assentamento 10 de Abril, foi elaborado pelos seus moradores. O Estatuto e o Regimento Interno, no qual é composto por regras que buscam respeitar os direitos e deveres da comunidade. Segundo os entrevistados, a articulação da associação do 10 de Abril, bem

como, o Sindicato dos trabalhadores Rurais, MST e ONG'S é de extrema importância para organização, conscientização e orientação dos assentados.

Torna-se relevante destacar que em virtude da formação obtida pelos agricultores na época da ocupação e pelo suporte prestado pelo MST e outras instituições que prestam assistência ao assentamento, tais como a ACB, EMATERCE, IDACE, SEBRAE, os moradores desenvolveram uma consciência ambiental importante para a manutenção da propriedade, destacando –se entre outras atitudes a preservação da cobertura vegetal para a proteção do solo íngreme e propício a erosão, além da preocupação em queimar o lixo produzido pelas famílias para evitar contaminação dos reservatórios hídricos da propriedade.

Mesmo com esses avanços, ainda são inúmeros os problemas detectados no assentamento, tanto de ordem estrutural, quanto social. Podemos evidenciar a baixa renda dos moradores, falta de assistência médica, falta de um prédio adequado para o funcionamento da escola, falta de áreas de lazer, falta de água tratada e encanada, falta de apoio a produção e comercialização da produção, dentre outros.

ASSENTAMENTO SERRA VERDE

O Assentamento Serra Verde está localizado no Município de Caririaçu – CE, entre as comunidades de Monte Pio e Lagoa de São Bento. O acesso à área se dá através da estrada de algodão – CE 055, após o distrito de Dom Quintino percorre-se mais de 6 Km pela mesma rodovia, dobra-se à direita e percorre –se 12 Km em estrada carroçável até o imóvel.

O Assentamento Serra verde é resultado da conquista da terra por trabalhadores rurais que foram articulados pelos sindicatos dos agricultores combativos da Região do Cariri cearense, tratando –se, portanto, de um processo de ocupação isolada. Na concepção de FERNANDES (2001:68):

“As ocupações isoladas e organizadas são realizadas por movimento sociais isolados de um ou mais municípios. A predominância é de formação de pequenos grupos, mas também ocorre ocupações massivas. As famílias formam o movimento antes de ocuparem a terra. Organizam o trabalho de base, realizando várias reuniões até a consumação do fato. As tendências desses movimentos são: findarem depois da conquista da terra ou se transformarem em movimentos territorializados. Esses dois tipos de ocupação são frutos da espacialidade e da territorialidade da luta pela terra.”

Dessa ocupação da Fazenda Serra Verde, resultou a criação de duas agrovilas, a Lagoa de São Bento e o Serra Verde cruz, sendo a última um dos assentamentos objetos de nossa pesquisa. O Assentamento Serra Verde foi adquirido pelo Governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na ocasião da implantação do assentamento, os moradores que já residiam na propriedade como agregados também foram beneficiados, adquirindo o direito de permanecerem na terra como assentados. A maioria dos trabalhadores que participaram do processo de conquista da terra através da ocupação preferiu ser assentado na Lagoa de São Bento. Dessa forma, o Serra Verde Cruz é constituído por apenas cinco famílias que participaram da ocupação e, em sua maior parte, por assentados que não passaram pelo processo de articulação, socialização de informações e experiências de ocupação e acampamento, que acreditamos possibilitar a formação da

conscientização política dos assentados, fator fundamental para a organização e o coletivismo nos assentamentos.

Dessa forma o assentamento é formado por trabalhadores agrícolas que produzem apenas para subsistência. De todos os moradores apenas quatro (4) possuíam pequenas criações, pois os antigos patrões não permitiam que os agregados mantivessem essa prática em suas propriedades. Toda mão – de – obra utilizada é do próprio assentamento, sendo basicamente familiar. Dessa forma, inexistente o trabalho assalariado.

Com base nos questionários aplicados verificamos que a utilização das terras é basicamente com a agricultura de subsistência 93% dos Assentados , enquanto 62% destes possuem criação de pequeno porte para o consumo próprio. Consideramos que essas atividades ainda se apresentam muito reduzidas, principalmente em decorrência da vasta área do assentamento e o grande número de famílias assentadas. Aonde 38% dos assentados produzem unicamente para o sustento do lar, sem intenção de comercializar, mesmo quando o inverno é favorável e conseguem uma boa safra. A resistência em vender o que produzem ocorre pela insegurança que os agricultores tem em relação às condições climáticas do ano seguinte, portanto, preferem estocar mantimentos para assegurar a alimentação familiar, caso não chova o suficiente para colherem uma quantidade satisfatória de alimentos. O restante, composto por 62% das famílias, comercializa a produção só quando o inverno é bom. Acreditamos que, se existisse no Serra verde um projeto de irrigação, pela boa produtividade das terras, a produção seria constante e conseqüentemente a renda mensal dos assentados seria muito melhor.

Torna-se relevante destacar que, no Assentamento serra Verde, praticamente inexistente o trabalho coletivo, todas as atividades funcionam na base do individual, ou núcleo familiar, pois os assentados, embora participem da associação e recebam periodicamente orientação do MST e da ACB sobre a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento do assentamento e da melhoria de qualidade de vida para todos , e tenham definido em reunião que o dia de quinta-feira seria para o trabalho coletivo , poucos cumprem tal decisão , na prática continua prevalecendo o individual . Concordamos com GÖRGEN & STÉDILLE (1991), quando afirmam que muitos trabalhadores ocupam terra e nem querem nem ouvir falar no trabalho coletivo , preferem o trabalho individual , a propriedade individual , por que na sua origem está na pequena produção , são filhos de pequenos proprietários , meeiros , arrendatários , agregados , etc.; ou seja, o modelo de desenvolvimento que fizeram parte , foi sempre baseado no trabalho individual, por isso tendem a ter essa resistência ao trabalho coletivo.

Essa forma de produzir é considerada a mais atrasada, pois tudo é realizado de forma tradicional e desgastante. Individualmente os assentados têm maiores dificuldades para obtenção de crédito, aumento da produtividade e escoamento da produção. Tornando –se mais difícil sair da condição de produtores de subsistência, como se apresentam na atualidade.

Constatamos que, não há uma diversificação de produção nem de práticas econômicas no assentamento Serra Verde. Com a construção do açude projetos como o de piscicultura poderiam ser implementados, mas a falta de organização dos assentados têm impedido a realização desse e de outros projetos. A falta de organização se reflete em todos os setores, fato confirmado através de depoimentos de alguns entrevistados ao afirmarem que não houve critério justo de divisão entre os

assentados para distribuição da área de vazante no Serra Verde. Aonde, essa distribuição se deu de maneira irregular. Quem chegou primeiro se apossou de áreas maiores - apenas 20,7% possuem área para plantio, deixando 79,3% das famílias sem área para plantio na vazante do açude.

Trabalhamos com a hipótese de que as atuais condições do assentamento sejam consequência desse processo, pois a mudança súbita de status das famílias que já residiam nas terras do Serra Verde e que repentinamente, saltaram da condição de agregados para proprietários do imóvel, não permitiu que esses trabalhadores despertassem uma consciência crítica, que geralmente ocorre durante os trabalhos de articulação dos trabalhadores sem terra para a ocupação da terra de trabalho e que são ampliados na ocasião da ocupação e da implementação do acampamento na área desapropriada (conquistada).

Lembramos que, as consequências dessa situação se refletem de inúmeras maneiras, mas em especial na dificuldade dos trabalhadores se organizarem, fato que tem dificultado conforme já salientamos, a construção do Plano de Desenvolvimento agrário – PDA, documento imprescindível para que haja a liberação de recursos do Governo para implementação de projetos no assentamento. Constatamos que, além da falta de organização, falta também o espírito coletivo entre parte dos assentados, que têm impedido o sucesso dos trabalhos em grupo, importante no processo de produção, pois com a união dos trabalhadores para realização do trabalho coletivo, áreas maiores poderiam ser cultivadas em menor tempo e com um menor custo, aumentando a lucratividade no ato da comercialização.

Verificamos que nossa hipótese pôde ser confirmada, através de relatórios da Associação Cristã de Base – ACB, ONG que presta assessoria ao Assentamento Serra Verde. Pois, segundo os relatórios os moradores faltam nos dias de trabalho coletivo, ficam vários meses sem comparecer as reuniões da associação do assentamento, bem como, deixam de cumprir as decisões deliberadas em reuniões, dentre outros.

Além destes problemas, identificamos que, falta um trabalho para a conscientização ambiental dos moradores que desconsideram a necessidade de queimar o lixo produzido nas casa, principalmente para a minimização das consequências que estes podem vir a causar no lençol freático superficial de onde os moradores retiram água para seu consumo.

Constatamos que as condições de pobreza no assentamento são alarmantes, apesar das terras serem boas para produção. Acreditamos que isso ocorre pela falta de projetos de diversificação de atividades e falta de liberação de recursos capazes de fazer com que todo potencial da comunidade seja explorado. Por essa razão a renda de 65,5% das famílias não passa de meio salário mínimo. O restante da distribuição da renda se dá da seguinte forma: 3,4% recebem entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo ; 20,7% recebem de 1 a $\frac{1}{2}$ salário mínimo ; 3,44% recebem 2 salários e somente 7% possui renda de mais 2 salários mínimos = 7%.

Vale destacar que os programas assistencialistas do governo têm constituído como maior fonte de renda para boa parte das famílias do assentamento. No Serra Verde 86,2% das famílias são beneficiadas por algum tipo de bolsa assistencial, totalizando 25 famílias da comunidade. Os programas recebidos pelos assentados são: Bolsa Escola, Bolsa família, fome zero e vale – gás – recebido em dois e dois meses.

Torna –se relevante destacar que além da produção econômica, os assentados objetivam melhorias na saúde e no nível educacional. O Assentamento conta com uma escola que atende alunos do Ensino Fundamental I (Diurno) e Alfabetização de Jovens e adultos (noturno). Constatamos que nos dias (uma vez por mês) quando o médico da família vem atender no assentamento, devido à falta de um posto médico no local, o atendimento prestado ocorre no prédio escolar da comunidade, interferindo nas aulas das crianças.

No tocante as condições de moradia, as casas do projeto de habitação são compostas por quatro cômodos, sendo duas salas, dois quartos e um banheiro. Não foram construídos cozinhas, com o passar do tempo alguns moradores construíram cômodos adicionais de taipa. Atualmente, 93% dos moradores moram em casas de alvenaria e somente 7% moram em casas de taipa.

Os assentados do Serra Verde têm consciência que com a conquista do assentamento a luta não acaba, pois surge a demanda de novas necessidades que fazem com que outras lutas se estabeleçam para a conquista de outros direitos, que possam proporcionar uma real melhoria das condições de vidas de todos os assentados. Apontam inclusive os principais problemas que afetam na realização de uma melhor qualidade de vida : Falta de projetos para a produção, falta de união entre os assentados para trabalho coletivo , falta de organização , falta de um transporte diário, falta de água encanada , falta de um telefone público , falta de posto de saúde, etc.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÕES

A partir das atividades realizadas podemos evidenciar que em ambos os assentamentos existiu reforma agrária parcial , limitando-se o governo a distribuir apenas a terra, não ofertando condições para o desenvolvimento econômico e social dos assentados. Observamos que os problemas estão presentes nos dois assentamentos, mas há uma diferenciação entre estes, especificamente no tocante ao nível de organização dos assentados e a prática do trabalho coletivo, constatado de maneira mais presente no Assentamento 10 de Abril, fato que tem possibilitado uma maior diversificação das atividades econômicas e das práticas utilizadas pelos assentados, proporcionando avanços mesmo que de forma gradativa nas conquistas estruturais e sociais. Por outro lado, no Assentamento Serra Verde, identificamos a predominância da produção individual e pouca diversificação das atividades econômicas, tendo em vista a falta de organização dos assentados que se quer elaboraram o Plano de Desenvolvimento Agrário – PDA do assentamento, o que acaba emperrando o processo de conquistas estruturais e sociais para o Serra Verde.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo – Recife: HUCITEC/IPESC, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra , formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio & STEDILLE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Que é Questão Agrária**. 16ª São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3ª
Petrópolis: Vozes, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e
seu lugar no processo político**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Expropriação e Violência. A questão política no campo**. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC,
1991.

_____. **Caminhada no Chão da Noite – emancipação política e libertação dos movimentos
sociais no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia das Lutas no Campo**. 10ª Ed. São Paulo: Contexto,
2001.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. **Ocupação da Fazenda Caldeirão, Assentamento 10 de Abril**.
Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará – UECE, 1993.

PINHEIRO, João Adriano. **Levantamento do solo e da Vegetação do Assentamento 10 de Abril**.
Crato: Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA, 1996.